

Edital 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	180303-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU	LUCIENE DE FATIMA GALVAO ANDOLFATO	15/06/2026 09:40 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		05800069395/2025-20

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2026

CONTRATANTE/ (UASG)

(180303)

OBJETO

Contratação de empresa especializada no depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária praticados pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia Jaú, com disponibilização e administração do pátio.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 757.153,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo, por meio da Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, sediada na Rua Riachuelo, 975, Centro, Jaú/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária praticados pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Jaú, conforme condições, com disponibilização e administração do pátio**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PÁTIO (área Mínima de 9.306,22 m2) Serviço terceirizado de depósito e guarda dos veículos automotores e outros tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros), apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização e administração do (s) pátio (s) (24 horas por dia, 07 dias por semana, inclusive sábado, domingo e feriados)	17167 142581	MENSAL	30 MESES	25.238,46
	TOTAL ESTIMADO				757.153,80

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 1 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a

subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração

Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos.

5.1.1. Valor unitário e total estimado do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **no mínimo R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3 . Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (Vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4 . Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)): complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.1. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

10. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados [pelo meio eletrônico finanças.secjau@policiacivil.sp.gov.br e www.compras.sp.gov.br](#).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial

quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato

12.4.1 A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: financas.secjau@policiacivil.sp.gov.br, www.compras.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.sp.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 . A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico www.compras.sp.gov.br, www.imprensaoficial.sp.gov.br, www.policiacivil.sp.gov.br](#).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de referência;

14.16.1.1. ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar e modelo de declarações e documentos diversos;

14.16.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

14.16.3. ANEXO III- Modelos(s) Referente(s) a planilha de proposta;

EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR

Delegado Seccional de Polícia de Jaú

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 09:40:06.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	180303-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU	LUCIENE DE FATIMA GALVAO ANDOLFATO	12/06/2026 14:45 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		05800069395/2025-20

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada no depósito e guarda dos veículos automotores e outros tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros), apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária praticados pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, com disponibilização e administração do pátio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL R\$ (se não for sigiloso)
1	SERVIÇO DE PÁTIO (área Mínima de 9.306,22 m2) Serviço terceirizado de depósito e guarda dos veículos automotores e outros tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros), apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária com disponibilização e administração do (s) pátio (s) (24 horas por dia, 07 dias por semana, inclusive sábado, domingo e feriados)	17167 142581	MENSAL	30 MESES	25.238,46
TOTAL ESTIMADO					757.153,80

1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (Trinta) meses, contados do(a) início dos serviços deste certame, prorrogável por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que a mão de obra não representa mais de 50% dos custos da contratação, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação.

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. O pátio deverá estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operacionalização, quando estiver em áreas de mananciais, bem como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

4.1.2. A contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental especialmente a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução Conama 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá providências), Resolução Conama 416/2009 (Prevenção à degradação ambiental causada por pneu inservível e sua destinação ambiental adequada):

4.1.3. Deverá ainda instrumentalizar em ações práticas e apresentar um plano de controle de combate a vetores nocivos à saúde, relativo a água parada, empossada e de recipientes que possam alojar a larva do mosquito transmissor da Dengue, Zica e Chikungunya, bem como dedetização do local.

4.1.4. a apresentação do Plano de Controle de combate a vetores nocivos à saúde deverá ocorrer em no máximo 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato de prestação de serviço de guarda de veículos;

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A expedição da Ordem de Início de Serviço estará condicionada à comprovação do atendimento às exigências fixadas neste Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, fixando-se à contratada, para a sua apresentação, o prazo de 90 (noventa) dias a contar da celebração do contrato, sendo passível de prorrogação por igual período, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho devem obedecer a Lei 14.133/2021.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Realização de serviço de forma ininterrupta, compreendendo 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

5.1.4. A contratação restringe-se aos veículos, objetos tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros), apreendidos pelas Unidades que abrangem a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

5.1.5. A contratada deverá apresentar apólice de seguro, por meio de empresa regularmente credenciada junto à SUSESP, com cobertura para furto, roubo, incêndio, enchente e dano sobre todos os veículos sob sua guarda e dentro dos padrões praticados no mercado, de forma a impossibilitar prejuízo ao erário público ou particular, se comprometendo a contratar um seguro que dê a cobertura perfeita ao contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Realização de serviço de forma ininterrupta, compreendendo 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados

5.3. O pátio deverá estar localizado em quaisquer das cidades que abrangem a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú (Barra Bonita/SP, Bariri/SP Bocaina/SP, Boracéia/SP, Dois Córregos, Igaraçu do Tietê/SP, Itaju/SP, Itapuí/SP, Jaú/SP

ou Mineiros do Tietê/SP) com acesso por vias pavimentadas, em área cujo zoneamento permita o uso para a atividade proposta, com licenças ambientais devida, alvarás e autorizações respectivas.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo

5.4.1. O veículo e demais objetos apreendidos serão recebidos no(s) pátio(s) mediante a entrega dos seguintes documentos pelo responsável da remoção: Determinação de autoridade policial da unidade requisitante para o depósito e guarda do veículo no(s) pátio(s), com cópia do RDO ou despacho/decisão no bojo do Inquérito Policial e cópia do auto de vistoria para remoção

5.4.2. O veículo e demais objetos serão recepcionados no(s) pátio(s) por funcionário(s) da Contratada devidamente identificado e treinado que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o Auto de Vistoria para Remoção que lhe foi entregue e, se necessário, tirando novas fotografias;

5.4.3. A falta dos registros fotográficos, que comprove a preexistência de todas as avarias constantes no veículo anteriormente à remoção implicará na assunção do ônus de ressarcimento de toda e qualquer avaria reclamada, sem prejuízo das sanções contratuais correspondentes.

5.4.4. A contratada deverá manter, em arquivo eletrônico, banco de dados fotográfico dos veículos recolhidos, devidamente indexado aos veículos recolhidos, e à disposição para consulta da Contratante a qualquer momento, durante toda a vigência do contrato e suas renovações, caso houver.

5.4.5. A vistoria deverá abranger, no mínimo, os seguintes elementos, segundo o modelo do Anexo deste Termo de Referência:

- Número e Denominação da Unidade Policial Civil;
- Data;
- Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial;
- Características (marca, modelo, ano fabricação/modelo, placa, etc);
- Quilometragem;
- Veículo andando quando acionada ignição;
- Estado Geral da lataria;
- Estado Geral de vidros;
- Estado Geral dos bancos;
- Estado Geral dos pneus;
- Possui rodas;
- Possui estepe;
- Existência de motor e caixa de câmbio;
- Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo)

-Aparelhos de som e/ ou imagem

-Possui retrovisores

-Possui Extintor de incêndio;

-Faróis e Lanternas íntegros;

-Observações e divergências;

-Identificação do policial civil que lavrou o auto de vistoria e do guincheiro responsável pela remoção;

5.4.6. No caso de constatação de divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá comunicar a autoridade policial responsável, registrando a divergência, com data e hora, efetuando fotos das divergências relatadas para as devidas providências;

5.4.7. Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;

5.4.8. Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao(s) pátio(s), comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio e Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

5.4.9. Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada a critério da Contratada, devendo ser acondicionado de forma a ser prontamente identificado tão logo seja necessário;

5.4.10. Os veículos pesados e de grande porte serão depositados em vagas compatíveis com as suas dimensões;

5.4.11. Não serão remunerados em separado o depósito e a guarda de motores, caixas de câmbio e outras peças, fazendo parte da presente contratação;

5.4.12. O eventual manuseio de veículos no pátio após o depósito do veículo ou tracionado apreendido será de responsabilidade da contratada, a qual deverá ter equipamentos apropriados para tanto.

5.4.13. Quaisquer danos ou avarias que ocorram nos veículos sob sua guarda e que estejam no devido local do depósito serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, garantido à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos perante terceiros que tiver de indenizar.

5.4.14. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos automóveis deverão permanecer sempre junto ao veículo correspondente, de preferência em seu interior.

5.4.15. No caso da existência de objetos ou pertences deixados no interior do automóvel, estes devem permanecer no interior do veículo, salvo se perecíveis ou na impossibilidade de fechamento e lacração do veículo por dano, ocasião em que deverão permanecer em local próprio do depósito para este fim, devidamente identificados.

5.4.16. O veículo ficará sob responsabilidade e guarda da contratada no respectivo depósito, que adotará as medidas necessárias para conservação do veículo no estado que o recebeu, salvo a deterioração natural por ação do tempo.

5.4.17. Ao final do contrato, sob qualquer circunstância, o contratado deverá entregar o banco de dados com todos os registros fotográficos à contratante.

5.4.18. Necessário software próprio para acesso às informações, onde a contratada se obriga a conceder à contratante o respectivo programa e/ou licenças correspondentes.

5.4.19. A contratada deverá elaborar a cada mês relatório de serviços prestados compostos por planilhas com a relação dos veículos que entraram no pátio, que foram devolvidos/entregues, que foram leiloados e/ou compactados, bem como os veículos/objetos que estão sob guarda da contratada

5.4.20. O relatório de serviço prestado deverá ser disponibilizado pela Contratada ao fiscal do contrato, ou a quem ele designar através de acesso à sistema informatizado

5.4.21. A liberação consiste em entregar o veículo ao seu devido proprietário, procurador ou a quem de direito, observadas a legislação em vigor. O veículo somente será liberado após autorização, por meio de auto de depósito ou auto de entrega, expedido pela autoridade policial competente ou por determinação judicial, devendo a contratada se valer dos meios possíveis para atestar a autenticidade do documento. No caso de determinação judicial, ainda assim o veículo somente será liberado após expedido o auto de entrega e /ou depósito pela autoridade policial;

5.4.22. Para a retirada do veículo do pátio, a Contratada deverá observar os mesmos procedimentos de verificação adotados quando de sua entrada, visando garantir que não houve danos ou outras irregularidades durante o período de estadia nas dependências do pátio, devendo o formulário de verificação de retirada ser validado mediante a assinatura do proprietário do veículo ou seu procurador;

5.4.23. Em caso de discordância do proprietário ou seu procurador com o estado de retirada do veículo, a Contratada deverá descrever o alegado pelo proprietário ou procurador no formulário de verificação de retirada, entregando-lhe uma via, providenciar novas fotografias do veículo e enviar comunicado do ocorrido à autoridade policial competente;

5.4.24. Após ciência à autoridade policial competente da discordância este deverá, através do sistema informatizado, comparar as fotografias do veículo nos momentos de entrada e retirada, bem como do auto de vistoria do agente público e documentos do inventário do pátio para atestar as condições do veículo e se houve danos ao veículo no período de estadia no pátio;

5.4.25. Deverá ser imediatamente registrado no sistema a saída do veículo do pátio, com a indicação da quilometragem;

5.4.26. Os dias e horários de atendimento para liberação dos veículos no pátio deverão ser compatíveis com os horários de funcionamento dos cartórios das delegacias de polícia, devendo funcionar de segunda a sexta das 10h00 às 18h00.

5.4.27. Caso o estado de conservação dos equipamentos de segurança do veículo não esteja adequado, o veículo poderá ser transportado internamente no pátio através de guincho ou empilhadeira da Contratada, sem ônus para o Estado e para o proprietário do bem;

5.4.28. Não será permitida a retirada do veículo por pessoa que se apresente em estado de embriaguez ou torpor, mesmo que devidamente habilitada, devendo o funcionário responsável pelo pátio solicitar apoio policial para auxiliar na resolução do problema.

5.4.29. Não poderá ser cobrado, em hipótese alguma, qualquer valor além dos previstos legalmente para a retirada do veículo do pátio e nenhum valor deverá ser pago diretamente à Contratada, que deverá afixar aviso ostensivo com essa advertência;

5.4.30. cobrança indevida de qualquer valor, pelo pátio, se comprovada, configurará infração, sujeita às sanções previstas na legislação em vigor.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do(s) pátio(s), para execução do contrato e das atividades operacionais de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas, atendimento ao público para liberação de veículos, se houver, devidamente competente;

5.5.2. As chaves dos veículos deverão ser acondicionadas em claviculário, de forma a facilitar sua localização quando da devolução para os legítimos possuidores ou quem de direito, mediante apresentação de autorização emitida pela autoridade policial ou judiciária competente;

5.5.3. Para o funcionamento do(s) pátio(s), a contratada disponibilizará os itens seguintes:

-Equipamento fotográfico digital, com resolução compatível a ser utilizada nas vistorias, sem prejuízo da qualidade;

- Linha telefônica fixa e móvel exclusiva ao atendimento ininterrupto da autoridade policial, quando esta necessitar entrar em contato com o pátio;
- Comunicação via e-mail e mensagem instantânea (aplicativos ou software) com as unidades policiais;
- Aparelho(s) de rádio comunicação ou celular(es) que permitam conexão com os funcionários do pátio, em número suficiente aos funcionários disponibilizados para tal função;
- Impressora/copiadora com possibilidade de digitalização de documentos, possibilitando o envio online de documentos No mínimo 01 (um) compressor para enchimento dos pneus, se necessário;
- No mínimo 01 (um) bateria automotiva selada, para auxílio na partida dos veículos, se necessário;
- No mínimo 01 (um) carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts de até 100ah, para utilização se necessário;
- Sistema informatizado que possibilite a gestão dos dados relativos a prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre todos os veículos depositados no pátio e possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado pela contratante. O sistema deverá conter registros referentes ao veículo e eventuais perícias e vistorias (ex.: número de boletim de ocorrência, unidade/autoridade requisitante, data de entrada, data de saída, e outras intercorrências que ocorram com o veículo), sempre instruído com fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassi e motor, bem como gerar relatórios.
- Mobiliário em Geral compatível para utilização dos funcionários e guarda de materiais e insumos a serem utilizados no pátio;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. A contratada deverá ocupar área com dimensão **mínima de 9.306,22 m²**, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.
- 5.6.2. O pátio deverá possuir áreas para manobras dos guinchos e demais veículos, para movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria e local para depósito de motores e caixas de câmbio.
- 5.6.3. O pátio deverá contar ainda com dependências para atendimento ao público, quando necessário, edificadas em alvenaria e cobertas, observada a acessibilidade e as condições de atendimento.
- 5.6.4. O dimensionamento do pátio levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas e também componentes (motores, caixas de câmbio e outros);
- 5.6.5. O indicativo de passivo a ser transferido é estimativo, eis que o contrato ainda não se findou e que possui recentemente contratação de leiloeiro, não sendo possível a perfeita individualização neste momento, podendo sofrer alteração até a efetiva transferência, decorrente de novas apreensões ou eventuais liberações, bem como de realização de leilões.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) ao final do contrato deverá a contratada apresentar relatório completo dos itens mantidos sob seu depósito e guarda, bem como eventuais movimentações,

b) transferência, transporte e acomodação dos itens remanescentes sob seu depósito e guarda para eventual novo local;

c) retirada, transporte e acomodação dos itens sob depósito e guarda da contratada cujo contrato se extingue, providenciando a remoção para o local da prestação de serviços que se inicia.

5.8.1. Eventual transporte de veículos e outros tracionados sob guarda em contrato anterior, dar-se-á por conta e às expensas do contratado que motive sua movimentação, seja por novas acomodações, no caso do atual contratado modificar ou estender o local do pátio, ou por nova contratação, sendo certo que o novo contratado retirará os bens guardados e transportará para local sob sua responsabilidade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado -IMR, conforme previsto, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que baseará no documento de Avaliação de Execução de Serviços, conforme modelo que poderá ser encontrado no ETP e anexos.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1 não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2 tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.13. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação de serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a **periodicidade mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será por **empreitada global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que será exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital **quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital** nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviços similares de complexidade técnica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta comprovação, ou ao item pertinente, por meio de apresentação de certidão(ões), atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.23.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;

8.23.2. A comprovação a que se refere o item anterior poderá ser efetuada pela somatória das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, apresentados em nome da matriz ou da filial.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que

incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da [Lei nº 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da [Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada

para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 757.153,80 (Setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta centavos) , conforme custos apostos na tabela Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/180303;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180205;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jau, 30 de maio de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIO ANGELO BRAVI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:41:14.

LUCIENE DE FATIMA GALVAO ANDOLFATO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:39:31.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência

EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:45:06.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 05800069395/2025-20

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros)**, apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária praticados pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jáu, com disponibilização e administração do pátio.

Nestes termos, por depósito compreende-se a colocação dos veículos automotores, tracionados e componentes (motores, caixas de câmbio e outros) em local adequado.

A guarda é a vigilância exercida sobre o veículo no lugar em que estará depositado, objetivando a preservação de seus caracteres, peças e acessórios até sua destinação final.

A presente contratação se restringe aos veículos, tracionados e componentes, apreendidos pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jáu.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Delegacia Seccional de Polícia de Jáu	Helio Angelo Bravi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Tendo em vista a peculiaridade, a complexidade e a natureza dos serviços e dos investimentos que deverão ser realizados pela contratada, o prazo de vigência do contrato será de **30 (Trinta) meses** após início da execução dos serviços, prorrogável por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, se vantajoso à Administração, conforme previsto na legislação vigente.

Os serviços de remoção de veículos apreendidos, que complementam a atividade de depósito e guarda, deverão ser contratados em procedimento licitatório posterior ao presente, em razão de suas peculiaridades que não se coadunam com a forma da presente contratação.

4.1. ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

A área de abrangência da Delegacia Seccional de Polícia de Jáu compreende 10 municípios, caracterizando-se como uma área razoavelmente distante da cidade Sede-Jáu. Visando uma maior competitividade em relação ao município que irá abrigar o futuro pátio, deliberou-se pela implantação do pátio em quaisquer das 10 cidades abrangidas pela Delegacia Seccional de Jáu, conforme tabela abaixo, na qual podemos observar a distância das unidades subordinadas em relação à cidade Sede- Jáu:

Município	Distância-Sede
Jaú	00 Km
Bariri	36 km
Barra Bonita	22 Km
Bocaina	22 km
Boracéia	41 Km
Dois Córregos	28 Km
Igaraçu do Tiete	26 Km
Itaju	48 Km
Itapui	21 Km
Mineiros do Tietê	20 Km

4.2 DIMENSIONAMENTO

O dimensionamento dos pátios levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas, considerando o quantitativo total apreendido na presente data, bem como a expectativa futura de apreensão nos próximos 30 meses.

Para definição da estimativa foram consideradas informações prestadas pelas unidades policiais subordinadas à esta Delegacia Seccional de Polícia de Jaú. Foram fornecidas informações referente ao total apreendido (passivo), bem como a média de apreensões mensais. Vale destacar aqui que nos anos anteriores nenhum leilão foi realizado.

Uma vez que os municípios de Jaú e região não determinam expressamente a dimensão das vagas em seus Códigos de Edificações de Obras, para esse estudo utilizou-se as dimensões determinadas no Código de Edificações de Obras do Município de São Paulo, sendo: veículos pequenos (leves) $2,20 \times 4,50 = 9,90\text{m}$; veículos 2 grandes (pesados) $3,10 \times 8,00 = 24,80\text{m}$; motocicletas $1,00 \times 2,00 = 2,00\text{m}$. Considerou-se, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para manobras, perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e local para o leilão.

Considerando tais aspectos, a capacidade de armazenamento nos 30 (trinta) meses de contratação, fica, aproximadamente, discriminado da seguinte forma:

PÁTIO - VEÍCULOS DE JAÚ E REGIÃO

Tipo de veículo	de Estimativa de apreensões futuras (30 meses)	Passivo das unidades policiais subordinadas	Capacidade total estimada	Áreas das vagas (m2)	Área total (m2) (4)*
(5) = (3) x (4)					
Veículos leves	240	402	642	9,90	6.355,80
Veículos pesados	10	13	23	24,80	570,4
Motocicletas	210	557	767	2,00	1.534

10% da área total (5) - estrutura para execução dos serviços- área de manobras, local para perícia, vistoria, **846,02** realização de leilão e depósito de motores, caixas de câmbio e outras peças (m2)

TOTAL (m2) (30 MESES)

9.306,22

* Área determinada conforme disposto no anexo do Decreto nº 57.776, de 7 de julho de 2017, que regulamentou a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

O pátio deverá possuir áreas para manobras dos guinchos e demais veículos, para movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e área para realização do leilão, quando necessário.

O pátio deverá contar ainda com dependências para atendimento ao público, quando necessário, edificadas em alvenaria e cobertas, observada a acessibilidade e as condições de atendimento, bem como o entorno de todo pátio deverá ser murada com sistema de segurança.

As instalações devem ser implantadas em área cujo zoneamento permita o uso para a atividade proposta, com as licenças ambientais e outras previstas em lei, bem como alvarás e as autorizações necessárias.

4.3 ESPECIFICAÇÕES DA ÁREA

A área destinada ao depósito e guarda dos veículos deverá ser separada das demais, cercada por muro em alvenaria, com altura mínima de 2,50m (dois metros e meio) e deverá conter:

- a) Sistema de iluminação;
- b) Sistema de iluminação de emergência
- c) Sistema de vigilância, com câmeras de monitoramento em pontos estratégicos onde esteja estacionado o veículo apreendido, em quantidades que permitam visualizar toda a área do pátio e o acesso de veículos e pessoas, com capacidade de armazenamento de imagens por, no mínimo, 06 (seis) meses;
- d) Piso pavimentado com massa asfáltica, concreto, cascalho ou similar, resistente à movimentação dos veículos;
- e) Espaço suficiente para manobras dos veículos;
- f) Acesso exclusivo para entrada e saída de veículos, com portão que deverá ser fechado imediatamente após a passagem do veículo, evitando assim o acesso de pessoas não autorizadas;
- g) Área destinada à perícia, com iluminação suficiente e devidamente coberta.
- h) Área coberta na entrada do respectivo pátio com iluminação adequada, permitindo a perfeita vistoria do veículo na chegada ao pátio.

As organização e manutenção áreas destinadas ao depósito e guarda de veículos serão de responsabilidade da Contratada.

Os veículos apreendidos deverão ficar acondicionados no pátio separados uns dos outros.

As chaves dos veículos deverão ser acondicionadas em claviculário, de forma a facilitar sua localização quando da devolução para os legítimos possuidores ou quem de direito, mediante apresentação de autorização emitida pela autoridade policial ou judiciária competente.

Os pátios poderão conter outras áreas/edificações além das especificadas, desde que exclusivamente relacionadas à prestação dos serviços objeto do contrato.

O pátio deverá semestralmente passar por processo de desinsetização e desratização, o qual deverá ser comprovado pela Contratada à Contratante.

Para os veículos batidos ou abalroados, sob guarda, deverão ser providenciadas as necessárias coberturas ("encapamento") ou depositados em local coberto, com vistas à conservação, bem como evitar que aqueles se transformem em criadouros de insetos e vetores de patologias.

A Contratada deverá disponibilizar, no pátio, área fechada e coberta para o depósito e guarda de motores e caixas de câmbio eventualmente apreendidos.

A Contratada deverá disponibilizar no pátio uma área para efetivação de Leilão, quando necessário, o qual será composto de descontaminação e compactação efetivada pelo arrematante com a obrigação acessória da destruição para a venda da sucata devidamente compactada.

As áreas destinadas ao atendimento ao público e aos serviços administrativos deverão ser fisicamente separadas da área de depósito e guarda de veículos e deverão ser em espaço coberto, edificado em alvenaria, com recepção e espera.

4.4 AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO

Quanto as autorizações de funcionamento, o pátio deverá estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operacionalização, quando estiver em áreas de mananciais, bem como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

A Contratada deverá também apresentar alvará de funcionamento para a referida finalidade.

Todas as adaptações e custas necessárias à perfeita adequação do imóvel junto aos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviços públicos, além das licenças necessárias ao seu funcionamento, serão de responsabilidade da Contratada.

4.5 SEGURO

A Contratada deverá apresentar apólice de seguro, por meio de empresa regularmente credenciada junto à SUSEP, com cobertura:

- a) contra furto, roubo, incêndio e dano (intencional ou acidental) sobre todos os veículos sob sua guarda;
- b) para casos de acidente ou ação provocada pela natureza e impossível de ser evitada (chuva de granizo, enchentes, desmoronamento, etc.) sobre todos os veículos sob sua guarda.

Cópia das apólices dos seguros deverão ser apresentadas no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço (OS) que permite o início da execução dos serviços.

Caso a apólice não seja emitida nesse prazo, a empresa poderá apresentar documento que comprove a contratação do seguro, ficando obrigada a apresentar a apólice assim que instrumentalizada.

A cada renovação do Contrato do Seguro, nova cópia deverá ser enviada à Contratante.

Caso não seja possível a contratação do seguro mencionado, seja pela localização do empreendimento, seja pelo "risco não aceito", seja por qualquer outro motivo alegado pelas seguradoras, a Contratada deverá:

- a) comunicar por escrito a impossibilidade da contratação do Seguro para o pátio;
- b) indicar e demonstrar (nesta comunicação) a motivação da negativa na cotação e/ou proposta do seguro de pelo menos 5 (cinco) seguradoras;
- c) anexar documentos comprobatórios das informações alegadas conforme cada seguradora indicada.

A Contratada, entretanto, ficará responsável civilmente pelos danos ocasionados aos veículos e/ou peças recolhidas no tocante a furto, roubo, incêndio, enchente e dano sobre todos os bens sob a sua guarda, garantindo à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos perante terceiros que tiver que indenizar.

A qualquer tempo, uma vez verificado pela Contratante – por qualquer meio - a existência e viabilidade da contratação do seguro, junto a quaisquer seguradoras, a Contratada será comunicada e deverá providenciar a respectiva contratação.

4.6 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS PARA O PÁTIO

A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do pátio, de forma a garantir a execução do contrato e das atividades operacionais de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas e atendimento ao público para liberação de veículos. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

Todos os profissionais vinculados à CONTRATADA que atuarem no âmbito desta contratação deverão assinar o “Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso”, conforme modelo constante em anexo deste Estudo, comprometendo-se a observar integralmente as normas de segurança, privacidade, e proteção de dados e informações.

Para o funcionamento do pátio, a Contratada disponibilizará, no mínimo:

- a) Câmeras fotográficas digitais, com resolução igual ou superior a 05 (cinco) megapixels e zoom óptico de, no mínimo, 5x, a ser utilizada nas vistorias. Fica vedado o uso de câmeras fotográficas particulares para este fim;
- b) Linha telefônica para o atendimento da Contratante;
- c) Aparelho(s) de rádio comunicação ou celular(es) que permitam conexão com os funcionários do pátio, em número suficiente aos funcionários disponibilizados para tal função;
- d) Equipamento de informática compatível com as versões atuais, visando a comunicação via "e-mail" com as unidades policiais e para controle digital dos veículos apreendidos e liberados;
- e) Impressora multifuncional com possibilidade de digitalização e cópia de documentos;
- f) Mobiliário em geral (mesa, cadeira, armário e arquivo) compatível para utilização dos funcionários e para guarda de materiais e insumos a serem utilizados nos pátios;
- g) Compressor para enchimento dos pneus, se necessário;
- h) Bateria automotiva selada, para auxílio na partida dos veículos, se necessário;
- i) Carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts, de até 100ah, para utilização se necessário;
- j) Informatização dos dados relativos à prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre todos os veículos depositados no pátio e os veículos liberados, possibilitando o fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado pela Contratante. O sistema deverá conter registros referentes ao veículo e eventuais perícias e vistorias (ex.: número de boletim de ocorrência, unidade/autoridade requisitante, data de entrada, data de saída, e outras intercorrências que ocorram com o veículo), sempre instruído com fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassis e motor.

O rol de recursos materiais mencionado nos itens acima é meramente exemplificativo, podendo a Contratada dispor de outros materiais que entender necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

4.7 PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

O início da prestação dos serviços ocorrerá mediante a emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços (OS), a qual deverá ser expedida no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, passível de prorrogação por igual período.

A emissão dessa Ordem está condicionada à aprovação das instalações do pátio mediante o “Termo de Vistoria e Notificação” (em anexo) e a comprovação, por parte da CONTRATADA, do cumprimento integral das exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, incluindo a obtenção de todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a execução da atividade.

Essa comprovação deverá ocorrer dentro do mesmo prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, passível de prorrogação por igual período. Todas as despesas relacionadas à plena e adequada execução dos

serviços – especialmente aquelas referentes a garantias, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários – serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Somente após a verificação do cumprimento dessas exigências pelo CONTRATANTE será autorizada, formalmente, a execução dos serviços.

4.7.1 Prorrogação do prazo

O prazo de instalação e/ou adequação de pátio e equipamentos é passível de “PRORROGAÇÃO” por igual período de até “90 (noventa) DIAS corridos”; iniciando-se na data da assinatura do contrato, uma única vez, caso comprovada demora na obtenção das licenças, autorizações e alvarás por razões não imputáveis à Contratada. Ultrapassados os prazos previstos sem a comprovação do atendimento das exigências necessárias para a realização da atividade de depósito e guarda de veículos, o contrato será rescindido de pleno direito.

4.8 VISTORIA INICIAL E O TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO

Imediatamente após a conclusão das obras de instalação do pátio, a Contratada deverá comunicar formalmente a Contratante, para que seja realizada vistoria no local com a finalidade de verificar se os requisitos estabelecidos no Edital foram devidamente atendidos. A vistoria será previamente agendada e a Contratante será informada, sendo obrigatória sua participação por meio de representante ou funcionário designado.

O Termo de Vistoria e Notificação (em anexo) é o documento hábil, aqui definido, para verificação (vistoria) e ratificação do pleno atendimento das previsões do Edital – por in loco parte da Contratada - no tocante às instalações dos pátios, equipamentos, materiais, documentação e demais requisitos necessários ao início da prestação dos serviços de Guarda e Depósito de Veículos desta Seccional.

O preenchimento do Termo de Vistoria e Notificação será feito em 2 (duas) vias que deverão ser assinadas pelo respectivo servidor do órgão (vistoriador) e pelo representante/funcionário da Contratada presente:

a) 1 (uma) via será entregue à Contratada, com efeito de notificação

b) 1 (uma) via será anexada aos Autos do Processo (digitalmente), para encaminhamento à Seção de Finanças para emissão da OS para início da prestação dos serviços (na hipótese de pleno atendimento às previsões do Edital).

A Minuta do Termo de Vistoria e Notificação deverá constar em Anexo ao Edital para maior transparência e ciência por parte dos licitantes, do que será verificado e cobrado para início da execução contratual.

Seu preenchimento ficará a cargo de servidor do órgão designado para tal atividade, onde assinalará cada item vistoriado como “atendido” ou “não atendido”, e deverá estar instruído com fotos. Ao término da vistoria do pátio, será assinalado NA “DELIBERAÇÃO FINAL DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO, que poderá ser:

a) para início das atividades: hipótese em que será encaminhado o Termo de APTO Vistoria à Seção de Finanças para emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços;

b) para início das atividades: hipótese que a Contratada será notificada INAPTO informando todos os apontamentos feitos, todos os itens não atendidos, constando ao final o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para Regularização destes;

O Termo, uma vez entregue à Contratada, tem caráter de Notificação para o cômputo dos respectivos prazos para realização das adequações (se necessários).

4.9 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de guarda, depósito e recebimento dos veículos serão prestados ininterruptamente pela Contratada, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 7 (sete) dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Caso necessária a entrada de agentes da Contratante fora do horário normal de funcionamento, o atendimento deve ocorrer no prazo máximo de contados **30 (trinta) minutos** a partir da solicitação de abertura do depósito.

O veículo será recebido no pátio mediante a entrega dos seguintes documentos pelo responsável pela remoção:

- a) Determinação de Autoridade Policial da Delegacia requisitante para o depósito e guarda do veículo no pátio;
- b) Cópia do Auto de Vistoria para Remoção (constante como Anexo a este Estudo para fins de conhecimento);
- c) Os documentos deverão estar assinados e elaborados em formulário próprio da Polícia Civil;

O veículo será recepcionado no pátio por funcionário da Contratada, devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o “Auto de Vistoria para Remoção” que lhe foi entregue.

A vistoria deverá ser realizada de forma a abranger, no mínimo, os seguintes elementos, segundo o modelo do “Auto de Vistoria para entrada do Veículo no Pátio” (em anexo):

- . Número e denominação da unidade policial civil (Delegacia);
- . Data;
- . Número do boletim de ocorrência e/ou inquérito policial;
- . Características (marca, modelo, ano fab/mod, placa etc);
- . Quilometragem;
- . Veículo andando quando acionada ignição;
- . Estado geral da lataria;
- . Estado geral de vidros;
- . Estado geral dos bancos;
- . Estado dos pneus;
- . Possui rodas;
- . Possui estepe;
- . Existência de motor e caixa de câmbio;
- . Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo);
- . Possui aparelhos de som e/ou imagem;
- . Possui retrovisores;
- . Possui extintor de incêndio;
- . Faróis e lanternas íntegros;
- . Observações e divergências;
- . Identificação do guincheiro responsável pela remoção.

Os veículos/objetos/peças deverão ser fotografados durante a vistoria, sendo essas anexadas ao sistema informatizado de controle do pátio.

Para objetos e/ou peças apreendidas, a vistoria deverá ser realizada conforme “Auto de Vistoria e Remoção de Peças e Objetos” (em anexo).

No caso de constatação de divergências em relação à vistoria anteriormente realizada, a Contratada deverá:

- a) Comunicar a autoridade policial responsável, registrando a divergência, com data e hora, efetuando fotos das divergências relatadas para as devidas providências.
- b) Adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, antes, durante ou após o seu traslado;
- c) Verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo e pela própria contratada, quando da entrada ao pátio.
- d) Responsabilizar-se integralmente pelos danos a que, comprovadamente, tiver dado causa.

Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada a critério da Contratada, devendo ser acondicionado de forma a ser prontamente identificado tão logo seja necessário.

Os veículos pesados e de grande porte serão depositados em vagas compatíveis com as suas dimensões.

O eventual manuseio de veículos no pátio após o depósito do veículo ou tracionado apreendido será de responsabilidade da Contratada, que deverá possuir equipamentos apropriados para tanto.

Os veículos depositados sob guarda somente serão liberados mediante prévia realização de vistoria, nos mesmos moldes indicados no “Auto de Vistoria Para Liberação de Veículos – AVL””, constante no Anexo VII, que deverá ser assinado pelo recebedor (proprietário/conductor) e, enviados mensalmente ao fiscal do contrato.

O “Auto de Vistoria para Liberação de Veículo” deverá ser digitalizado em formato “PDF” e enviado para o e-mail do Fiscal da Contratante, sem prejuízo do armazenamento pela Contratada para futuros confrontos.

Quando no ato da entrega do veículo ocorrer a constatação ou alegação, por parte de seu proprietário ou pessoa autorizada, de algum dano após o seu traslado, a Contratada deverá, de imediato, verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela Empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo, e, quando da entrada ao pátio.

Quando for constatada, pelo proprietário ou pela Unidade Policial requisitante, da ocorrência de danos posteriores ao ato da remoção, a Contratada da remoção ou da guarda deverá adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, e reparar o prejuízo causado.

Quaisquer danos ou avarias que ocorram nos veículos sob sua guarda e que estejam no devido local do depósito serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, garantido à Administração o direito de regresso por eventuais prejuízos perante terceiros que tiver de indenizar.

A liberação de veículos sob guarda do pátio ocorrerá preferencialmente nos dias úteis, no horário de atendimento ao público por, pelo menos, 8 (oito) horas diárias, no intervalo das 8:00 às 18:00 horas. Excepcionalmente, quando houver a necessidade de liberação de veículo em horário extraordinário, a Contratada será previamente comunicada para providenciar a abertura do depósito.

A prestação dos serviços será atestada ao final pela efetiva prestação dos serviços da Contratada à Contratante levando-se em conta todos os aspectos.

4.9.1 Preparação para Leilão

A realização de leilão, bem como a determinação de sua periodicidade, é de competência exclusiva do órgão Contratante.

A Contratada fica obrigada a disponibilizar, no pátio, área para realização de leilões de veículos apreendidos e também franquear suas instalações aos visitantes interessados em participar de leilão público destinado à alienação dos veículos apreendidos, caso necessário, devendo tolerar inclusive a compactação e a descontaminação dos veículos arrematados no próprio pátio.

Uma vez determinado o leilão, a Contratada será notificada e deverá:

- a) isolar os veículos destinados para fins de leilão, de forma a deixá-los localizados e separados em área claramente definida e identificada, de modo a facilitar sua visão, acesso e visitação;
- b) garantir a limpeza do local onde estão os veículos;
- c) garantir retirada de obstáculos ao acesso dos veículos;
- d) proporcionar ações que facilitem o acesso de eventuais interessados em arrematar tais veículos (visitação), nos prazos definidos pela Comissão e em Edital;
- e) permitir a visitação dos interessados nos veículos recolhidos, devendo manter pessoal adequado para cuidar da segurança durante visitação que ocorrerá em dias úteis, conforme horários e regras estabelecidas no Edital de Leilão;

A Contratada será responsável pela guarda dos veículos levados a leilão até a entrega oficial do(s) bem(s) para o(s) arrematante(s).

4.10 RELATÓRIO MENSAL DE INFORMAÇÕES

Visando garantir a transparência e facilitar a fiscalização e acompanhamento da execução contratual, após o início dos serviços a Contratada deverá emitir , sobre os **Relatório Mensal** serviços executados e demais ocorrências pertinentes, o qual deverá constar, no mínimo:

- a) relação das entradas, saídas e guarda dos veículos depositados no mês, com identificação dos veículos, placas, datas de entrada e saída do pátio;
- b) número de veículos em depósito;
- c) relação de todos os documentos fiscais emitidos;
- d) outras informações, conforme necessário.

Este Relatório deverá ser encaminhado para análise do fiscal e gestor do contrato, que emitirá avaliação se os serviços foram definitivamente recebidos.

4.11 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A avaliação da qualidade e execução dos serviços será formalizada utilizando o “Modelo de Avaliação de Execução de Serviços” (em anexo), no qual serão utilizados como parâmetros o atendimento ao nível de serviço desejado, a efetiva implantação de controle dos veículos guardados, conforme disposto neste Estudo Técnico Preliminar, e a verificação dos métodos adotados pela Contratada para identificação e preservação dos veículos apreendidos, observadas as seguintes condições:

a) **Qualidade dos serviços** : Mensalmente será acompanhado o registro de Qualidade dos serviços reclamações das Unidades Policiais relacionados aos veículos apreendidos sobre a qualidade do serviço oferecido pela Contratada e discriminados na forma estabelecida neste Estudo. Constatada irregularidade na execução dos serviços será solicitada a correção com o consequente prazo, em caso de não atendimento serão aplicadas as sanções cabíveis.

b) **Pontualidade dos serviços** : Mensalmente será acompanhada a incidência de casos Pontualidade dos serviços de não cumprimento dos prazos de execução dos serviços ajustados com a Contratada. Se ocorrerem atrasos, será considerada uma avaliação insatisfatória dos serviços, sendo notificada a Empresa, e em caso de não atendimento serão aplicadas as sanções cabíveis.

c) **Condições Mínimas Exigidas:** Ao Gestor e Fiscais nomeados para Condições Mínimas Exigidas acompanhamento do contrato caberá vistoriar as instalações da Contratada a fim de verificar as condições mínimas exigidas do local de armazenamento e condições de segurança dos veículos. Para cada condição mínima exigida e não satisfeita serão adotadas as medidas necessárias para seu cumprimento, ou serão aplicadas as sanções cabíveis.

4.12 DOCUMENTO FISCAL A SER EMITIDO PELA PRESTADORA

A contratada tem a obrigação de expedir o documento fiscal correspondente aos serviços executados, recolhendo os respectivos tributos de acordo com a legislação vigente do município em que estiver situado.

5. Levantamento de Mercado

O(s) pátio(s) deverá (ão) atender a área mínima total de **9.306,22 m2**.

O dimensionamento do pátio levou em consideração dados fornecidos pelos senhores Delegados de Polícia Titulares das Unidades Policiais relacionadas, subordinadas a Delegacia Seccional de Jaú, consubstanciado nas ocorrências realizadas nas respectivas Delegacias de Polícia e relatórios emitidos pelo pátio que atualmente presta serviços.

A dimensão das vagas foi elaborada com base nas especificações contidas no Anexo do Decreto nº:57.776 de 07/07 /2017, do Município de São Paulo, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Obras do Município, aprovado pela Lei Municipal nº:16.642 de 09/05/2017: veículos pequenos (leves) 2,20x4,50 = 9,90m², veículos grandes

(pesados) $3,10 \times 8,00 = 24,80\text{m}^2$ e motocicletas $1,00 \times 2,00 = 2,00\text{m}^2$, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e local para o leilão (10%).

O pátio deverá contar ainda com áreas para manobras dos guinchos e demais veículo movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim.

O pátio deverá possuir dependências para atendimento ao público, quando necessário, edifica alvenaria e cobertas, observada a acessibilidade e as condições de atendimento.

O pátio poderá ocupar área única ou serem disponibilizadas outras áreas distintas, no entanto deverá ser atendida com a somatória das mesmas completando a área mínima exigida.

O pátio deverá ter área para guarda de motores e caixas de câmbio apreendidos.

O pátio deverá disponibilizar área para realização de leilão, quando necessário.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 NATUREZA DOS SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação enquadra-se na definição de “**serviços comuns**”, uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado, já que sua execução é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida por este.

Também possui, em essência, as seguintes características:

- a) “**NATUREZA CONTINUADA**”, tendo em vista poder ser demandado a qualquer momento ou prazo, sendo indispensável ao cumprimento das atividades legais do órgão e necessários por período indeterminado;
- b) “**SEM MÃO DE OBRA SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**”, pois a execução das atividades não demanda a disposição e utilização de toda a mão de obra da contratada, o tempo todo, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante em suas dependências. Reforça-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- c) “**NÃO EXCLUSIVO**”, tendo em vista que a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú não requer exclusividade na prestação dos serviços, assim, a contratada poderá prestar os mesmos serviços a outros órgãos, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, desde que se mantenha disponível à plena execução contratual junto às delegacias de polícia, onde deverá manter uma área mínima reservada aos veículos encaminhados pelo órgão de acordo com o previsto em Edital.

Acrescenta-se, ainda, que conforme decreto 67.985/2023 que regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133/2021, a contratação dos serviços pretendidos não se enquadra na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

Pode a Contratada prestar os mesmos serviços a outros órgãos, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, desde que se mantenha disponível à plena execução contratual junto a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú (deverá manter apenas uma área mínima reservada aos veículos encaminhados pelo órgão de acordo com o previsto em Edital);

DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Em resumo:

- a solução mais adequada para atendimento à demanda de guarda de veículos para Delegacia Seccional de Polícia

de Jaú e sub-região, exercendo atividades típicas de profissional capacitado de acordo com as especificidades dos serviços pretendidos, guarda de veículos é a sua contratação de forma continuada, sem mão de obra com dedicação exclusiva, por meio de empresa especializada para tal, com distribuição conforme informado.

Isto deverá ser feito através de Pregão Eletrônico, conforme prático do órgão e da Administração, onde a proposta vencedora será aquela de menor valor global.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O dimensionamento dos pátios levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos leves, pesados e motocicletas, considerando a expectativa futura de apreensão nos próximos 30 (trinta) meses, e relatórios apresentados pela empresa prestadora de serviço do pátio atual.

Para definição da estimativa foram consideradas informações prestadas pelas unidades policiais subordinadas à esta Delegacia Seccional de Polícia de Jaú. Foram fornecidas informações referente a média de apreensões mensais.

Uma vez que os municípios de Jaú e região não determinam expressamente a dimensão das vagas em seus Códigos de Edificações de Obras, para esse estudo utilizou-se as dimensões determinadas no Código de Edificações de Obras do Município de São Paulo, sendo: veículos pequenos (leves) $2,2 \times 5,0 = 9,90 \text{ m}^2$; veículos 2 grandes (pesados) $3,10 \times 8,00 = 24,80 \text{ m}^2$; motocicletas $1,00 \times 2,00 = 2,00 \text{ m}^2$. Considerou-se, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para manobras, perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e local para o leilão.

Considerando tais aspectos, a capacidade de armazenamento nos 30 (trinta) meses de contratação, fica, aproximadamente, discriminado da seguinte forma:

Tipo de veículo	Estimativa de apreensões futuras (30 meses)	Passivo das Unidades subordinadas	Capacidade Total Estimada	Áreas das vagas (m2) (4)*	área total (m2)
Veículos Leves	240	402	642	9,90	6.355,80
Veículos Pesados	10	13	23	24,80	570,4
Motocicletas	210	557	767	2,00	1.534
TOTAL					8.460,20
	10% da área total - estrutura para execução dos serviços - área de manobras, local para perícia, vistoria, realização de leilão e depósito de motores, caixas de câmbio e outras peças (m2)				846,02

TOTAL

9.306,22 M2

Para atender às vagas, a área a ser dispensada deverá ser de, **no mínimo 9.306,22 m²**.

Há que se atentar para o volume total apresentado, que é resultado do estudo de meses de prestação do serviço em questão (período de 12 meses).

No período analisado houve recebimentos e saída de diversos veículos, demonstrando que as vagas apontadas devem atender adequadamente à Administração.

Leve-se em conta ainda, a possibilidade de realização de leilão judicial, pelo qual haverá redução na quantidade total, promovendo esvaziamento dos pátios com surgimento de novos espaços a destinarem-se para novas vagas.

Desta forma, repisa-se, as vagas apontadas são contadas no total, como se houvesse apenas entrada de veículos e acúmulo durante o prazo do contrato - 30 (sessenta) meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 757.153,80

Diante das dificuldades enfrentadas na obtenção de cotações junto ao mercado e da inconsistência dos dados disponíveis nas plataformas governamentais, a estimativa do valor da contratação foi baseada na análise de contratos similares celebrados por outras Delegacias Seccionais de Polícia do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Analizamos os contratos de depósito e guarda de veículos celebrados pelas Delegacias Seccionais de Polícia da região, onde:

CONTRATO *	METRAGEM (m2)	VALOR MENSAL
Delegacia Seccional de Polícia de Jaú	10.000	27.248,07
Delegacia Seccional de Polícia de Botucatu	10.700	25.133,23
Delegacia Seccional de Polícia de Bauru	25.552,67	45.429,41
Delegacia Seccional de Polícia de Marília	6.109	13.461,24

*Contratos ativos no ano de 2026

A média por metro quadrado dos contratos analisados é de **R\$ 2,26 reais por m2**.

Levando em conta que a metragem mínima necessária para a contratação é de **9.306,22 m2**, temos o valor de **R\$ 21.032,05**.

Visando garantir a competitividade do certame e reduzir o risco de fracasso da licitação em razão de eventual defasagem dos valores de mercado ou particularidades da execução contratual, aplicamos o **percentual de 20% sobre o valor estimado**, resultando o valor **final de R\$ 25.238,46 (Vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos) mensais**, justificando-se como medida de segurança para assegurar a viabilidade da contratação e ampliar a possibilidade de participação de interessados. Destaca-se que mesmo após o acréscimo, o valor total permanece inferior ao valor do contrato atualmente vigente, que hoje corresponde a R\$ 27.248,07 mensais, evidenciando sua razoabilidade e compatibilidade com preços praticados.

Portanto o **valor estimado é de R\$ 25.238,46 (Vinte e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 757.153,80 (Setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta centavos)** pelo prazo de 30 (trinta) meses, conforme pesquisas de preços realizadas no mercado local e sistemas Compras.gov..

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se da contratação de um único serviço de guarda e depósito de veículos para as unidades subordinadas a esta Seccional, de forma continuada e ininterrupta, proporcionando maior vantagem econômica/financeira em virtude da futura contratada possuir maior amplitude, ou seja, todos os veículos e tracionados/peças, assim, resultando em melhor preço à Contratante, não cabendo o parcelamento do objeto contratual.

Consigne-se que a contratação do serviço de remoções ordinária e extraordinária serão feitos através de outro procedimento licitatório por esta Delegacia Seccional, após concluída a contratação do pátio.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente os municípios abrangidos pela Delegacia Seccional de Polícia de Jaú possuem contrato com pátio para a guarda de veículos porém com contrato a vencer.

Diante de uma nova contratação, através de processo licitatório, a transferência do passivo necessita ser planejada de forma a transcorrer sem maiores percalços, questionamentos ou dúvidas e, principalmente, sem prejuízos aos usuários dos serviços e /ou proprietários de veículos.

A remoção do acervo para o pátio da empresa contratada para a prestação dos serviços de guarda e depósito deverá ser acompanhada por fiscal servidor público da Polícia Civil previamente designado para a realização desta atividade. Também deverá ser acompanhada por responsável/funcionário do atual pátio parceiro, bem como por responsável /funcionário da empresa contratada. Para essas transferências especificamente, será realizada uma contratação extraordinária de empresa especializada na remoção dos veículos.

Os serviços de remoção regular de veículos apreendidos nas unidades desta seccional de polícia, mediante guinchos, que complementam a atividade de depósito e guarda, serão contratados em procedimento licitatório diverso e posterior ao presente, porquanto as suas peculiaridades não se coadunam com o regime de execução contratual que pauta a presente contratação.

TRANSIÇÃO CONTRATUAL ATUAL:

Diante de uma nova contratação, através de processo licitatório, a transição contratual necessita ser prevista, de forma a transcorrer sem maiores percalços, questionamentos ou dúvidas, mas, principalmente, sem prejuízos aos usuários dos serviços e/ou proprietários de veículos.

Alternativas possíveis:

- Alternativa 01: transição de uma contratada anterior para a mesma empresa, agora nova contratada, ou seja, a mesma empresa prestadora dos serviços anteriormente continuará a prestar os serviços no novo contrato;
- Alternativa 02: transição de uma contratada anterior para uma nova empresa contratada para prestação dos serviços, ou seja, a empresa prestadora dos serviços anteriormente deixará de prestá-los e uma nova empresa os fará;

Alternativa 01 - mesma empresa contratada novamente:

Nova vistoria será efetuada e novo Termo de Vistoria e Notificação será feito. O procedimento será o mesmo adotado como se fosse uma nova Contratada a iniciar seus serviços.

Caso haja apontamentos feitos para regularização e adequação do pátio, às novas previsões do Edital, deverão ser notificados e corrigidos dentro dos prazos previstos às novas Contratadas.

Entretanto, tendo em vista que:

- a nova Contratada é a mesma já contratada anteriormente;
- não haverá a necessidade de nova remoção dos veículos guardados para outro local;
- os veículos permanecerão intactos, no mesmo local;

- caso a Contratada tenha interesse de instalar-se em novo pátio, com área maior e suficiente para atendimento às previsões do novo Edital, ficará às suas expensas esta remoção, não cabendo nova cobrança de remoção ao usuário e/ou a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú;
- deverá ser comunicado - ao órgão - todos os veículos que continuarão no Pátio na mudança de contratos, para controle e fiscalização;
- deverá ser discriminado nos Documentos Fiscais impreterivelmente, a partir do início da prestação dos novos serviços (a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço respectiva), os valores cobrados a preços da contratação anterior e os valores cobrados aos preços da contratação atual.

Alternativa 02 - antiga empresa dispensada e nova empresa contratada:

Tendo em vista que:

- a nova Contratada é diferente da Contratada anterior;
- e que, portanto, haverá a necessidade de nova remoção dos veículos guardados para outro local;
- Deverá ser feita uma contratação de empresa especializada para a remoção dos veículos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em relação ao alinhamento entre a contratação e o planejamento, no que se refere ao Planejamento Estratégico do órgão, a contratação desejada está incluída no PCA de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de guarda e depósito de veículos apreendidos por esta Seccional tem como objetivo principal desonerar os servidores públicos das atividades operacionais relacionadas à custódia de veículos, permitindo sua dedicação exclusiva às atribuições finalísticas da Polícia Judiciária. Com isso, espera-se alcançar ganhos significativos em termos de economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

a) Economicidade e Eficiência Operacional

Entre os benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

- . Desocupação dos pátios internos das unidades policiais, promovendo melhores condições de atendimento ao público, às forças de segurança e aos próprios servidores, que frequentemente necessitam de espaço apropriado para estacionamento, parada e desembarque de vítimas, testemunhas e presos;
- . Destinação adequada dos veículos apreendidos, garantindo que permaneçam sob guarda responsável, conforme a legislação vigente e os princípios da administração pública;
- . Preservação patrimonial dos bens apreendidos, ao serem armazenados em local adequado e seguro, com estrutura voltada especificamente à sua conservação;
- . Aprimoramento do controle estatístico sobre os veículos apreendidos, com possibilidade de gestão mais eficiente de informações como quantidade, origem, procedimentos vinculados e tempo de custódia.

b) Aproveitamento de Recursos Humanos

No tocante ao aproveitamento da força de trabalho disponível, a contratação permitirá:

- . Alocação dos servidores públicos nas atividades típicas da Polícia Judiciária, especialmente as de natureza investigativa;
- . Evitação de desvios de função, ao impedir que agentes policiais sejam direcionados para tarefas de guarda e vigilância de veículos, atividade incompatível com suas atribuições legais;
- . Melhor atendimento da demanda, por meio da atuação de profissionais especializados na execução dos serviços contratados, garantindo maior qualidade e eficiência.

c) Aproveitamento de Recursos Materiais e Financeiros

A contratação também traz reflexos positivos na gestão de recursos materiais e financeiros, tais como:

- . Redução de custos com aquisição de materiais e equipamentos, que seriam necessários caso a execução do serviço permanecesse a cargo da Administração;
- . Aumento da transparência na execução contratual, por meio de instrumentos formais que detalham preços, encargos e critérios de pagamento, facilitando o controle e a fiscalização;
- . Fomento à economia local, com geração de oportunidades de trabalho e incentivo à atuação de empresas especializadas nas diferentes regiões atendidas pela Seccional.

13. Providências a serem Adotadas

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, a Administração adotará, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

- a) Designação formal dos fiscais e gestores do contrato, por meio de portaria ou outro instrumento administrativo equivalente, observando a necessidade de segregação de funções entre fiscalização técnica, administrativa e setorial, conforme as diretrizes da Instrução Normativa vigente.
- b) Verificação documental prévia da empresa contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e à compatibilidade de suas instalações com os requisitos previstos no edital.
- c) Reunião de alinhamento com a contratada, após a assinatura do contrato, para esclarecimento de cláusulas contratuais, metas de desempenho, fluxos de comunicação e procedimentos de fiscalização, promovendo o entendimento mútuo das obrigações e responsabilidades de ambas as partes.
- d) Realização da vistoria técnica pré-operacional, em conjunto com a contratada, para verificação das condições do pátio, dos equipamentos e da infraestrutura a ser utilizada, conforme definido nos documentos técnicos que integram o processo de contratação.
- e) Instituição de rotina de comunicação e supervisão contínua, entre os gestores do contrato e as unidades administrativas responsáveis, garantindo resposta célere a eventuais inconformidades e a adequada tramitação de documentos relacionados ao contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Deverá ser previsto na fase interna do processo licitatório, em campo próprio, itens de sustentabilidade de forma a ficar claro para os interessados os quesitos indispensáveis e necessários à boa execução contratual, tendo em vista a sustentabilidade das atividades contratadas.

Acrescente-se que o pátio deverá estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operacionalização, quando estiver em áreas de mananciais, bem como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação, especialmente:

- . Lei federal nº 12.305/2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- . Resolução CONAMA 362/2005 (dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado);
- . Resolução do CONAMA 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências).

Deverá, ainda, instrumentalizar esta proteção, em ações práticas, cabendo à contratada:

- a) apresentar um plano de controle de combate a vetores nocivos à saúde, relativo a água parada, empossada e de recipientes que possam alojar a larva do mosquito transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya, bem como a dedetização do pátio;

b) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

c) providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata”;

d) certificar que as estopas e outros materiais contaminados com óleo lubrificante devem ser armazenados em tambores tampados, dispostos em lugar apropriado;

e) certificar que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deve ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente;

f) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

g) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú não dispõe de local próprio e adequado para a guarda e o depósito de veículos apreendidos;

Considerando a pesquisa de mercado realizada, que evidenciou a existência de fornecedores locais aptos à prestação dos serviços, bem como a regularidade e a usualidade dessa forma de contratação no âmbito da administração pública;

Considerando que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar está em conformidade com os parâmetros legais e regulatórios vigentes, revela-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente possível;

Esta equipe conclui pela viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de guarda e depósito de veículos apreendidos, nos termos e condições aqui descritos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO VALTER OLIVA ALBANO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:26:19.

Despacho: ETP atende às necessidades da contratação

EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:31:09.

LUCIENE DE FATIMA GALVAO ANDOLFATO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 13:17:36.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

LISTA UNIDADES POLICIAIS

Unidades abrangidas pela Delegacia Seccional de Polícia de Jaú:

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú - Rua Riachuelo, 975, Centro, Jaú/SP

Central de Polícia Judiciária de Jaú/SP - (1º ao 4º Distrito Policial, DDM, DISE, DIG, Plantão Policial de Jaú/SP) – Alameda América, 90, Chácara Canhos, Jaú/SP

Delegacia de Polícia de Bariri – Av. Ten. Peliciote, 914 - Vila Santa Terezinha, Bariri/SP

Delegacia de Policia de Barra Bonita– Av. Caio Simões, 53 - Vila Sao Jose, Barra Bonita/SP

Delegacia de Polícia de Bocaina – R. Floriano Peixoto, 694, Bocaina /SP

Delegacia de Polícia de Boracéia – R. Oswaldo Antônio Piton, 503, Boracéia/SP

Delegacia de Polícia de Dois Córregos – Praça da Republica, S/N, Dois Córregos/SP

Delegacia de Polícia de Igaraçu do Tietê – R. Pereira de Rezende, 333, Igaraçu do Tietê/SP



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Delegacia de Polícia de Itaju – Rua Buenópolis/SP, 239, Itaju/SP

Delegacia de Polícia de Itapuí – R. Cel. Cândido Ferreira Dias, 291, Itapuí - SP

Delegacia de Polícia de Mineiros do Tietê - Av Dr Antônio Teixeira Sobrinho,
215, Mineiros do Tietê/SP



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da Contratada

_____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato ____/____.
2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a : dados pessoais, técnicas, projetos,



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidade existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa no contrato celebrado com o contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário, devidamente comprovada, sem



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

_____, _____ de _____ de _____

Nome:

CPF:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4
Delegacia Seccional de Polícia de Jaú
Seção de Finanças – U.G.E. 180303

TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO

Nº ____/____/____

CONTRATO Nº: _____

EMPRESA: _____

ENDEREÇO DO PÁTIO: _____

DATA DA VISTORIA: ____/____/____

SERVIDORES RESPONSÁVEIS:

1. _____

2. _____

3. _____

A Comissão de Fiscalização, representando a Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara, realizou vistoria técnica no local acima descrito, a fim de verificar o cumprimento das exigências contratuais para a construção e operação do pátio para guarda de veículos apreendidos, conforme especificações constantes no edital. O presente Termo de Vistoria está devidamente instruído com *checklist* e memorial fotográfico que documenta as condições verificadas na presente data.

CHECKLIST – INFRAESTRUTURA GERAL DO PÁTIO

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (Sim/Não/N/A)	OBSERVAÇÕES
1	Área total mínima conforme edital (m ² exigido)		
2	Localização – cidade abrangida pela Delegacia Seccional de Polícia de Jaú		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

3	Piso pavimentado (asfalto, concreto, cascalho ou similar		
4	Muro com altura mínima de 2,50m		
5	Sistema de iluminação em toda a área externa		
6	Iluminação de emergência funcional		
7	Sistema de vigilância com câmeras (cobertura total, armazenamento mínimo 6 meses)		
8	Acesso exclusivo para entrada e saída de veículos, com portão		
9	Ruas internas com espaço para manobras		
10	Área coberta na entrada para vistoria dos veículos		
11	Área coberta para realização de perícia		
12	Área coberta e fechada para motores e caixas de câmbio		
13	Área para realização de leilões com espaço de descontaminação e compactação		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

14	Área administrativa separada da guarda, com recepção e espera		
15	Dependências com alvenaria e cobertas		
16	Condições gerais de limpeza e organização		

CHECKLIST – EQUIPAMENTOS E FUNCIONALIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (Sim/Não/ N/A)	OBSERVAÇÕES
1	Sistema informatizado para controle dos veículos com foto		
2	Equipamentos de informática funcional (PCs, impressora, multifuncional)		
3	Linha telefônica para atendimento		
4	Rádio ou celular de contato operacional		
5	Câmera fotográfica digital (min. 5 MP e zoom 5x)		
6	Compressor de ar para enchimento de pneus		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

7	Bateria automotiva selada		
8	Carregador de baterias 12V/24V (até 100Ah)		
9	Claviculário para guarda das chaves dos veículos		

CHECKLIST – DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	ATENDIDO (Sim/Não/ N/A)	
1	Alvará de funcionamento		
2	Licença ambiental de instalação/operação (se exigível)		
3	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)		
4	Apólice de seguro (ou justificativa de negativa por seguradoras)		
5	Certificado de desratização e desinsetização (último 6 meses)		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

MEMORIAL FOTOGRÁFICO

Foto 1:

Foto 2:

Foto 3:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

AUTO DE VISTORIA E REMOÇÃO VEICULAR

CHECK LIST DO VEÍCULO			
DATA	DELEGACIA		NÚMERO BO/IP:
PLACA	TIPO DE VEÍCULO:	KM VEÍCULO	LACRE
MARCA DO VEÍCULO:		MODELO DO VEÍCULO	ANO/MODELO
CHASSI:		MOTOR Nº	

C (CONFORME)	CR (CONFORME COM RESTRIÇÕES)	A (AVARIAS)			N/A (NÃO SE APLICA)
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionada a ignição					
Estado Geral da lataria					
Estado Geral de vidros					
Estado Geral dos bancos					
Estado dos pneus					
Possui Estepe					
Possui Rodas					
Existência de Motor e Caixa de Câmbio					
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)					



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Aparelhos de som e ou imagem					
Possui retrovisores					
Possui extintor de Incêndio					
Faróis e lanternas íntegros					
Observações:					
Empresa responsável pela remoção:					
Nome do condutor do guincho:		Assinatura:			

Nome completo do policial civil:	Assinatura :	
Nome do responsável pela vistoria no Pátio e nº RG	Assinatura:	Hora da chegada:
Divergência de vistoria Remoção/Pátio: () ()	Observações:	



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

AUTO DE VISTORIA PARA ENTRADA DE VEÍCULO NO PÁTIO

CHECK LIST DO VEÍCULO			
DATA	DELEGACIA		NÚMERO BO/IP:
PLACA	TIPO DE VEÍCULO:	KM VEÍCULO	LACRE
MARCA DO VEÍCULO:		MODELO DO VEÍCULO	ANO/MODELO
CHASSI:		MOTOR Nº	

C (CONFORME)	CR (CONFORME COM RESTRIÇÕES)	A (AVARIAS)			N/A (NÃO SE APLICA)
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionada a ignição					
Estado Geral da lataria					
Estado Geral de vidros					
Estado Geral dos bancos					
Estado dos pneus					
Possui Estepe					
Possui Rodas					
Existência de Motor e Caixa de Câmbio					
Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)					



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Aparelhos de som e ou imagem					
Possui retrovisores					
Possui extintor de Incêndio					
Faróis e lanternas íntegros					
Observações:					
Empresa responsável pela remoção:					
Nome do condutor do guincho:		Assinatura:			

Nome do responsável pela vistoria no Pátio e nº RG	Assinatura:	Hora da chegada:
Divergência de vistoria Remoção/Pátio: () ()	Observações:	



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

AUTO DE VISTORIA DE PEÇAS E OBJETOS

CHECK LIST DO VEÍCULO		
DATA	DELEGACIA	NÚMERO BO/IP:
DESCRIÇÃO DA PEÇA/OBJETO		LACRE
Numeração / Quadro		Marca

C (CONFORME)	CR (CONFORME COM RESTRIÇÕES)	A (AVARIAS)			N/A (NÃO SE APLICA)
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Estado Geral da peça					
Possui numeração legível/visível					
Possui todos os seus componentes					
Observações:					
Policial civil solicitante:				Assinatura:	
Empresa responsável pela remoção:					
Nome do condutor do guincho e RG:		Assinatura:			



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Nome do responsável no Pátio e nº RG:	Assinatura:
Divergência de vistoria Remoção/Pátio? () SIM () NÃO	Observações:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4
Delegacia Seccional de Polícia de Jaú
Seção de Finanças – U.G.E. 180303

AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAÇÃO DE VEÍCULO (AVLB)

CHECK LIST DO VEÍCULO			
DATA	DELEGACIA		
DOCUMENTO AUTORIZANDO LIBERAÇÃO DO VEÍCULO (data, tipo, responsável):			
PLACA	TIPO DE VEÍCULO:	KM VEÍCULO	LACRE
MARCA DO VEÍCULO:	MODELO DO VEÍCULO		ANO/MODELO
CHASSI:		MOTOR Nº	

C (CONFORME)	CR (CONFORME COM RESTRIÇÕES)	A (AVARIAS)			N/A (NÃO SE APLICA)
Itens a serem inspecionados	C	CR	A	N/A	OBSERVAÇÕES
Veículo andando quando acionada a ignição					
Estado Geral da lataria					
Estado Geral de vidros					
Estado Geral dos bancos					
Estado dos pneus					
Possui Estepe					
Possui Rodas					
Existência de Motor e Caixa de Câmbio					



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Possui Equipamentos Obrigatórios (chave rodas/triângulo)					
Aparelhos de som e ou imagem					
Possui retrovisores					
Possui extintor de Incêndio					
Faróis e lanternas íntegros					
Observações:					
Nome do receptor e nº RG:	Assinatura:				
Nome do responsável pela vistoria no Pátio	Assinatura			Hora da saída:	



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

a) QUALIDADE DOS SERVIÇOS

	REALIZADO	NÃO REALIZADO
Controle e contabilização do sistema e gestão de dados		
Manutenção e proteção dos veículos e objetos custodiados		
Manutenção, Conservação e Segurança da área de prestação do serviço		

b) PONTUALIDADE DOS SERVIÇOS

	REALIZADO	NÃO REALIZADO
Cumprimento e Execução das Atividades Operacionais de forma ininterrupta		
Prazo de Execução do Serviço		
Periodicidade de lançamentos		

c) CONDIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS

	REALIZADO	NÃO REALIZADO
Serviços e Obrigações Legais e Gerais		
Acesso irrestrito do contratante no local/sistema de gestão de dados		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4
Delegacia Seccional de Polícia de Jaú
Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Sistema Informatizado de Controle Operacional		
--	--	--

Estando devidamente cumprido os requisitos contratuais referente à Prestação de Serviços de Depósito e guarda de Veículos Automotores, Objetos e Tracionados, APROVAMOS a respectiva planilha de entrada de veículos no pátio, referente ao mês de ____/20__, sem qualquer ressalva.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de ____ de 20____.

VISTO DE ACORDO:

GESTOR DE CONTRATO

*****ELABORAR EM PAPEL TIMBRADO OU COM CABEÇALHO DA
EMPRESA***PLANILHA/PROPOSTA DE PREÇOS**

SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DO SERVIÇO MENSAL	VALOR DO SERVIÇO TOTAL 30 MESES
DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE ATOS CARACTERÍSTICOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JAÚ E SUBREGIÃO	Mensal	R\$	R\$

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

COMPONENTES DE CUSTO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO MÊS	CUSTO TOTAL 30 MESES
Mão de obra (Gerente, supervisor, auxiliares, operadores, vigilantes, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Material (Material de escritório, de limpeza, higiene, mobiliário, equipamento de proteção individual – EPI, uniforme, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Equipamentos (empilhadeira, paleteiras, carregador de baterias, computadores, impressoras, câmera de vigilância, equipamento de fotografia digital, rádio comunicadores, alarmes, telefones, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Locação do Pátio (se necessário)	Mensal	R\$	R\$
Outros/despesas diversas (luz, água, telefone, monitoramento, etc.)	Mensal	R\$	R\$
BDI (Encargos legais, tributos, taxas, plano de saúde, despesas bancárias, IPTU, vale transporte, lucro, etc)	Mensal	R\$	R\$
Seguro (sobre todos os veículos sob sua guarda contra furto, roubo, incêndio e dano (intencional ou acidental) e para casos de acidente ou ação provocada pela natureza e impossível de ser evitada (chuva de granizo, enchentes, desmoronamento, etc.)	Mensal	R\$	R\$
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS			
TOTAL DOS SERVIÇOS PARA PERÍODO DE 30 MESES			

A validade da proposta é de _____ dias a contar da data de abertura da proposta.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do Representante ou do Procurador)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

PROJETO BÁSICO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I – DO OBJETO

Prestação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária nas Unidades Policiais abaixo relacionadas, com disponibilização e administração do pátio.

Os serviços de remoção de veículos apreendidos, que complementa a atividade de depósito e guarda, deverão ser contratados em procedimento licitatório diverso e posterior ao presente, em razão de suas peculiaridades que não se coadunam com a forma da presente contratação.

Tempo de contratação: 30 meses com possibilidade de renovação por igual período, até o limite legal.

O projeto básico em questão se restringe aos veículos apreendidos pelas Unidades Policiais situadas na área compreendida da Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, abrangendo os municípios de Jaú, Barra Bonita, Bariri, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí e Mineiros do Tietê.

1 - Do Depósito: O depósito consiste na colocação do veículo apreendido ou tracionado em local adequado.

2 - Da Guarda: A guarda é a vigilância exercida sobre o veículo no lugar em que estará depositado, objetivando a preservação de seus caracteres, peças e acessórios até sua destinação final.

3 - Do Dimensionamento do pátio levou em conta as áreas destinadas ao depósito de veículos, leves, pesados e motocicletas, sendo:

- Motocicletas – 16,49%
- Veículos leves – 68,29%



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

- Veículos pesados – 6,13%

- Área destinada a manobras, perícias, vistorias, leilões, depósito de motores e caixas de câmbio – 10% em acréscimo sobre a área total-.

As proporções previstas poderão ser readequadas para atender as demandas da Contratante.

O percentual acima estimado observou as informações fornecidas pelas Delegacias de Polícia subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, bem como informações do pátio atualmente contratado.

A capacidade de armazenamento nos 30 (trinta) meses de contratação, fica, aproximadamente, discriminado da seguinte forma:

Tipo de Veículo	Estimativa de apreensões futuras (30 meses)	Passivo das unidades policiais subordinadas	Capacidade total estimada	Área (Código de edificações de obras do Município de São Paulo)	Total da área m2
Veículos leves	240	402	642	9,90	6.355,80
Veículos pesados	10	13	23	24,80	570,4
Motocicletas	210	557	767	2	1.534
TOTAL					8.460,20
10% da área total (5) – estrutura para execução dos serviços- área de manobras, local para perícia, vistoria, realização de leilão e depósito de motores, caixas de câmbio e outras peças (m2)					846,02
TOTAL				ÁREA MÍNIMA TOTAL	9.306,22



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

		DO PÁTIO	
--	--	----------	--

A dimensão das vagas foi elaborada com base nas especificações contidas no Anexo do Decreto nº:57.776 de 07/07/2017, do Município de São Paulo, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Obras do Município, aprovado pela Lei Municipal nº 16.642 de 09/05/2017: veículos pequenos (leves) $2,20 \times 4,50 = 9,90\text{m}^2$, veículos grandes (pesados) $3,10 \times 8,00 = 24,80\text{m}^2$ e motocicletas $1,00 \times 2,00 = 2,00\text{m}^2$, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e local para o leilão (10%). Foi realizado análise das legislações urbanísticas municipais que foram escolhidas para sediarem os pátios, não sendo identificados parâmetros específicos para dimensionamento operacional de pátios de guarda de veículos, adotando-se subsidiariamente os critérios técnicos previstos no Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

A contratação dos serviços de depósito e guarda de veículos apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária nas Unidades Policiais relacionadas, pertencentes à área Administrativa da Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, visa atender a Resolução Secretarial SSP 44/2011, a qual alterou os dispositivos contidos na Resolução SSP 09/2011.

4 - Da abrangência da Contratação:

Este Projeto Básico tem por finalidade definir a operacionalidade, deveres e responsabilidades da empresa a ser contratada pela Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, para prestação de serviços contínuos de depósito e guarda de veículos apreendidos por atos de polícia judiciária



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

junto à sede da Delegacia Seccional de Polícia de Jaú e Unidades Policiais subordinadas, a saber:

- Unidades Policiais situadas no município de Jaú, sendo: CPJ, Distritos Policiais, Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher – DDM, Delegacia de Investigações Gerais – DIG, Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes – DISE, Plantão Policial Permanente e a sede da Delegacia Seccional de Polícia.

- Delegacias de Polícia dos municípios de Barra Bonita, Bariri, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí e Mineiros do Tietê.

II– DAS ESPECIFICAÇÕES DO PÁTIO

1 – Dimensionamento

O(s) pátio(s) deverá (ão) atender a área mínima total de **9.306,22 m²**.

O dimensionamento do pátio levou em consideração dados fornecidos pelos senhores Delegados de Polícia Titulares das Unidades Policiais relacionadas, subordinadas a Delegacia Seccional de Polícia de Jaú, consubstanciado nas ocorrências realizadas nas respectivas Delegacias de Polícia e por informações apresentadas pela empresa prestadora de serviço de pátio atual.

A dimensão das vagas foi elaborada com base nas especificações contidas no Anexo do Decreto nº:57.776 de 07/07/2017, do Município de São Paulo, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Obras do Município, aprovado pela Lei Municipal nº:16.642 de 09/05/2017: veículos pequenos (leves) $2,20 \times 4,50 = 9,90\text{m}^2$, veículos grandes (pesados) $3,10 \times 8,00 = 24,80\text{m}^2$ e motocicletas $1,00 \times 2,00 = 2,00\text{m}^2$, levando-se em conta, ainda, a estrutura a ser atendida pela Contratada para a perfeita execução dos serviços, como local para perícia, vistoria, local para depósito de motores e caixas de câmbio e local para o leilão na metragem correspondente a 10% do total acima apurado.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

O pátio deverá contar ainda com áreas para manobras dos guinchos e demais veículos, para movimentação interna com ruas dimensionadas para este fim.

O pátio deverá possuir dependências para atendimento ao público, quando necessário, edificadas em alvenaria e cobertas, observada a acessibilidade e as condições de atendimento, haja vistas às condições climáticas específicas de nossa região, pelas quais, no verão, alcançamos, não raro, média de 40º C.

O pátio poderá ocupar área única ou serem disponibilizadas outras áreas distintas, que deverá ser atendida com a somatória das mesmas completando a área mínima exigida.

O pátio deverá ter área para guarda de motores e caixas de câmbio apreendidos.

O pátio deverá disponibilizar área para realização do leilão, quando necessário.

2- Localização

A área de abrangência da Delegacia Seccional de Polícia de Jaú compreende 10 municípios. Visando uma maior competitividade em relação ao município que abrigará o futuro pátio, deliberou-se pela implantação do pátio em quaisquer das 10 cidades abrangidas pela Delegacia Seccional de Jaú, conforme tabela abaixo, na qual podemos observar a distância das unidades subordinadas em relação à cidade Sede- Jaú:

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA-SEDE
Jaú	00KM
Bariri	36km



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Barra Bonita	22km
Bocaina	22km
Boracéia	41km
Dois Córregos	28km
Igarapu do Tietê	26km
Itaju	48km
Itapui	21km
Mineiros do Tietê	20km

3 – Especificação da área

3.1. A área destinada ao depósito e guarda de veículos deverá ser separada das demais, cercada por muro em alvenaria, com altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) e deverá conter:

- a) sistema de iluminação;
- b) sistema de iluminação de emergência;
- c) sistema de vigilância, com câmeras de monitoramento em alta resolução em pontos estratégicos onde esteja estacionado o veículo apreendido, em quantidade que permitam visualizar toda a área do pátio e o acesso de veículos e pessoas, com capacidade de armazenamento de imagens para 06 (seis) meses, mantendo-as em dois locais distintos;
- d) piso pavimentado com massa asfáltica, concreto ou cascalho resistentes à movimentação dos veículos;
- e) espaço suficiente para manobras dos veículos;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

f) acesso único e exclusivo para entrada e saída de veículos, com portão que deverá ser fechado imediatamente após a passagem do veículo, evitando assim o acesso de pessoas não autorizadas;

g) área destinada à perícia, com iluminação suficiente e devidamente coberta;

h) área coberta na entrada do respectivo pátio com iluminação adequada, permitindo a perfeita vistoria do veículo na chegada do auto ao pátio.

3.2. As áreas destinadas ao depósito e guarda de veículos são de responsabilidade da Contratada, devendo estar alocados os veículos removidos de forma que fiquem acondicionados separados no pátio.

3.3. O(s) pátio(s) poderá(ão) conter outras áreas/edificações além das especificadas, desde que exclusivamente relacionadas à execução do contrato e alocadas em espaços distintos das áreas especificadas nos itens anteriores.

3.4. Todo o pátio deverá passar por processo de desinsetização e desratização semestralmente, o qual deverá ser comprovado pela contratada à contratante.

3.5. Para os veículos batidos ou abalroados, sob guarda, deverão ser providenciadas a necessária cobertura (“encapamento”) ou depositados em local coberto, com vistas à conservação, bem como evitar se transforme aquele em criadouros de insetos e vetores.

3.6. A contratada deverá disponibilizar no pátio, galpão fechado e coberto, para, eventualmente, o depósito e guarda de motores e caixas de câmbio apreendidos.

As áreas destinadas ao atendimento ao público e ao desenvolvimento dos serviços administrativos deverão ser cobertas, edificadas em alvenaria e deverão apresentar:

a) Condições para atendimento das liberações, as quais serão previamente agendadas;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

b) O pátio deverá estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações de uso e ocupação do solo e possuir licença ambiental de instalação e operacionalização, quando estiver em áreas de mananciais, bem como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

c) A Contratada deverá apresentar Alvará de funcionamento para a referida finalidade;

d) Todas as adaptações necessárias à perfeita adequação do imóvel junto aos Órgãos Públicos e Concessionários de serviços públicos, além das licenças necessárias ao seu funcionamento, serão de responsabilidade da Contratada;

e) A Contratada fica obrigada a franquear as instalações do pátio aos visitantes interessados em participar do Leilão Público, quando houver, sendo notificada por escrito pela Contratante.

3.7. A Contratada deverá disponibilizar no pátio, uma área para efetivação de Leilão, quando necessário, o qual será composto de descontaminação e compactação efetivada pelo arrematante com a obrigação acessória da destruição para a venda da sucata devidamente compactada.

4 – Recursos humanos e materiais para o pátio

4.1. A contratada disponibilizará empregados, em número necessário à realidade do pátio, para execução do contrato e das atividades operacionais de recebimento, vistoria, execução de rotinas administrativas, atendimento ao público para liberação de veículos, se houver, devidamente agendado.

4.2. As chaves dos veículos deverão ser acondicionadas em claviculário, de forma a facilitar sua localização quando da devolução para os legítimos possuidores ou quem de direito, mediante apresentação da respectiva autorização de Autoridade Policial ou Judiciária competente.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

4.3. A contratada disponibilizará, no mínimo:

- a) 1 (uma) copiadora de documentos;
- b) 1 (uma) linha telefônica;
- c) Conexão à internet;
- d) Aparelho(s) de rádio comunicação ou celular(es) que permitam conexão com os funcionários do pátio, em número suficiente aos funcionários disponibilizados para tal função;
- e) 1 (um) microcomputador compatível com as versões atuais, visando comunicação via email;
- f) 1 (uma) impressora com possibilidade de digitalização de documentos, possibilitando o envio on line;
- g) 1 (um) compressor para enchimento dos pneus, se necessário;
- h) 1 (uma) bateria automotiva selada, para auxílio na partida dos veículos, se necessário;
- i) 1 (um) carregador de bateria automotiva, para baterias de 12 e 24 volts de até 100ah, para utilização se necessário;
- j) Mobiliário em geral (mesa, cadeira, armário e arquivo) compatível para utilização dos funcionários e para guarda de materiais e insumos a serem utilizados no pátio;
- k) Informatização dos dados relativos à prestação dos serviços realizados, contendo informação sobre qualquer veículo depositado no pátio, em quantidade e configuração mínima necessária ao fornecimento de estatísticas sobre os serviços executados, quando solicitado. O sistema informatizado, usualmente utilizado, deve gerenciar adequadamente o pátio, contendo registros referentes ao veículo e eventuais perícias (ex.: número de Boletim de Ocorrência,



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Unidade/Autoridade requisitante, data de entrada, data de saída, e outras intercorrências que ocorram com o veículo), sempre instruído com fotos de frente, traseira, laterais esquerda, direita, interior, chassis e motor.

I) Dos recursos materiais mencionados nos itens acima, eles são meramente exemplificativos, podendo a Contratada dispor de outros materiais que entender necessários a perfeita execução dos serviços contratados.

IV – DA FORMA DE EXECUÇÃO.

1. Os serviços serão prestados pela Contratada 24 horas por dia, 07 dias por semana, inclusive feriados, devendo a empresa contratada disponibilizar linha telefônica exclusiva ao atendimento da Autoridade Policial, quando esta necessitar entrar em contato com o pátio. O veículo será recebido no pátio mediante a entrega dos seguintes documentos pelo responsável da remoção:

a) Determinação de Autoridade Policial da Delegacia requisitante para o depósito e guarda do veículo no pátio;

b) Cópia do Auto de Vistoria para Remoção;

c) Os documentos deverão estar assinados e elaborados em formulário próprio da Polícia Civil;

2. O veículo será encaminhado ao pátio, onde será recepcionado por funcionário devidamente identificado e treinado, que repetirá a vistoria realizada na remoção, conferindo-a com o Auto de Vistoria para Remoção entregue, inclusive com novas fotografias, se necessário, conduzindo o veículo para o local a ele destinado no pátio somente após a realização de vistoria com os elementos mínimos abaixo descritos:

* Número e Denominação da Unidade Policial Civil;

* Data;

* Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

-
- * Características (marca, modelo, ano fab/mod, placa, etc);
 - * Quilometragem;
 - * Veículo andando quando acionada ignição;
 - * Estado geral da lataria;
 - * Estado geral de vidros;
 - * Estado geral dos bancos;
 - * Estado dos pneus;
 - * Possui rodas;
 - * Possui estepe;
 - * Existência de motor e caixa de câmbio;
 - * Possui Equipamentos Obrigatórios (chave de rodas/triângulo);
 - * Aparelhos de som e/ou imagem;
 - * Possui retrovisores;
 - * Possui Extintor de incêndio;
 - * Faróis e Lanternas Íntegros;
 - * Observações e divergências;
 - * Identificação do Policial Civil que lavrou o auto de vistoria e do guincheiro responsável pela remoção.

3. No caso de constatação de divergências em relação à vistoria realizada, o funcionário da Contratada do Pátio deverá comunicar a Autoridade Policial responsável, registrando a divergência, com data e hora, efetuando fotos das divergências relatadas para providências.

4. A prestação dos serviços será atestada ao final pela efetiva prestação dos serviços da Contratada à Contratante levando-se em conta todos os aspectos.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

-
5. Todo e qualquer veículo será depositado em vaga devidamente delimitada e demarcada a critério da Contratada, devendo ser acondicionados de forma a ser identificado quando necessário.
 6. Os veículos de grande porte serão depositados em vagas específicas dotadas de dimensões a permitir a escoreita acomodação do auto.
 7. Não serão remuneradas, em separado, o depósito e a guarda de motores e caixas de câmbio, fazendo parte da presente contratação.
 8. Quando no ato da entrega do veículo ocorrer à constatação ou alegação, por parte de seu proprietário ou pessoa autorizada, de algum dano após o seu traslado, a Contratada deverá, de imediato, verificar se os danos alegados foram registrados no respectivo documento de vistoria quando adentrou ao pátio, comprovando-se, quando for o caso, a preexistência dos danos com os registros fotográficos efetuados pela Empresa responsável pelo transporte no momento da retirada do veículo, e, quando da entrada ao pátio.
 9. Quando for constatada, pelo proprietário ou pela Unidade Policial requisitante, da ocorrência de danos posteriores ao ato da remoção, a Contratada da remoção ou da guarda deverá adotar, de imediato, providências no sentido de identificar o momento em que se deu o dano, e reparar o prejuízo causado.
 10. É de responsabilidade exclusiva da Contratada quaisquer danos e avarias que ocorram nos veículos sob sua guarda e que estejam no devido local do depósito.
 11. O eventual manuseio de veículos no pátio após o depósito realizado pela empresa contratada para remoção interna será de responsabilidade da contratada, a qual deverá ter equipamentos apropriados.

V – DO SEGURO

A Contratada deverá apresentar apólice de seguro, por meio de empresa regularmente credenciada junto à SUSEP, com cobertura para furto, roubo, incêndio, enchente e dano sobre todos os veículos sob sua



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

guarda e dentro dos padrões praticados no mercado, de forma a impossibilitar prejuízo ao erário ou ao particular, se comprometendo a contratar um seguro que dê a perfeita cobertura ao contrato.

VI - CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DO MENOR PREÇO TOTAL NA LICITAÇÃO

1. A elaboração da planilha de preços deve ser realizada conforme documento inserido no anexo.
2. Os preços deverão compreender a mão-de-obra, material, equipamentos, outros (depósito e guarda), BDI, seguro com cobertura para furto, roubo, enchente, incêndio, os quais são necessários para a execução da prestação dos serviços em questão, conforme especificado neste Projeto Básico.
3. A planilha deverá ser integralmente preenchida.
4. A análise da(s) proposta(s) visará o atendimento, ao menos, das condições estabelecidas neste Projeto Básico e será(ão) desconsiderada(s) a(s) proposta(s):
 - a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados;
 - b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;
 - c) Que omitir qualquer elemento solicitado;
 - d) Com preços globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
 - e) Com vícios, borrões, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos em partes essenciais; e
 - f) Cujo valor total seja considerado inexequível com base na pesquisa de preços, e, nos critérios objetivos do poder licitante para realização adequada e satisfatória das atividades previstas no certame, que constarão do respectivo edital.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

5. A determinação da melhor proposta será decorrente da menor soma total da prestação dos serviços, desde que atendidas todas as condições do Projeto Básico.

6. Para fins de cálculo e determinação do menor preço total serão utilizados efetivamente a disponibilização de todos os serviços constantes deste projeto básico que atendam às necessidades das Unidades Policiais relacionadas.

7. O valor contratado para os serviços contemplarão todos os custos referentes aos equipamentos auxiliares e mão de obra para a operação dos serviços, inclusive seguro, tributos, encargos, taxa, locação do pátio, se houver, funcionários e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

VII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Serão utilizados como parâmetros de verificação dos resultados, entre outros, o atendimento ao nível de serviço desejado, a efetiva implantação de controle dos veículos guardados, conforme disposto neste Projeto Básico, a verificação dos métodos adotados pela Contratada para identificação e preservação dos veículos apreendidos, entre outros como:

1.1 O Gestor e os fiscais do contrato deverão utilizar, entre outros, os métodos abaixo relacionados para fiscalização da execução dos serviços, a saber:

1.2 Qualidade dos serviços.

Mensalmente será acompanhado o registro de reclamações das Unidades Policiais relacionados aos veículos apreendidos sobre a qualidade do serviço oferecido pela Contratada e discriminados na forma estabelecida no Projeto Básico. Constatada irregularidade na execução dos serviços será solicitada a correção com o consequente prazo, em caso de não atendimento serão aplicadas as sanções cabíveis.

1.3 Pontualidade dos serviços.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru - DEINTER-4

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

Seção de Finanças – U.G.E. 180303

Mensalmente será acompanhada a incidência de casos de não cumprimento dos prazos de execução dos serviços ajustados com a Contratada. Se ocorrerem atrasos, será considerada uma avaliação insatisfatória dos serviços, sendo notificada a Empresa, e em caso de não atendimento serão aplicadas as sanções cabíveis.

1.4 Condições Mínimas Exigidas.

Ao Gestor e Fiscais nomeados para acompanhamento do contrato caberá vistoriar as instalações da Contratada a fim de verificar as condições mínimas exigidas do local de armazenamento e condições de segurança dos veículos.

Para cada condição mínima exigida e não satisfeita serão adotadas as medidas necessárias para seu cumprimento, ou serão aplicadas as sanções cabíveis.

VIII - ACEITE INTEGRAL DOS SERVIÇOS.

1. Para o aceite dos serviços deverá ser emitido Atestado pela Contratante informando sobre a execução dos serviços de forma integral, relativamente a todas as especificações constantes deste projeto básico. O pátio deverá funcionar ininterruptamente na execução do contrato preservando todas as condições exigidas, caso contrário, havendo falhas, faltas injustificadas ensejará a reparação por parte da Contratada. Isso, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

Jaú, 20 de maio de 2026

Hélio Angelo Bravi

Agente policial

Euclides Francisco Salviato Junior

Delegado Seccional de Polícia de Jaú

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU

Contrato 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180303-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JAU	EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR	12/06/2026 14:59 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		05800069395/2025-20

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 05800069395/2025-20)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O (A) , POR INTERMÉDIO DO(A) E

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Delegacia Seccional de Polícia de Jaú/SP, com sede no(a) Rua Riachuelo, 975, na cidade de Jaú /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria /.....] nº de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de , [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº..... , conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nºe em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados, apreendidos em decorrência de atos característicos de Polícia Judiciária praticados pelas unidades policiais subordinada à Delegacia Seccional de Jaú, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PÁTIO (Mínimo de 9.306,22 m2) Serviço terceirizado de depósito e guarda de veículos apreendidos em decorrência de atos característicos de polícia judiciária, com disponibilização e administração do (s) pátio (s) (24 horas por dia, 07 dias por semana, inclusive sábado, domingo e feriados)	17167 BEC 142581	 MENSAL	 30 MESES	 R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data do início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 . O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2 . Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum

interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (Trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

1.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato

IV. 1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180303

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 180205

IV. Elemento de Despesa: 33903999

V Nota de empenho:

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Local, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EUCLIDES FRANCISCO SALVIATO JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 14:59:20.

*****ELABORAR EM PAPEL TIMBRADO OU COM CABEÇALHO DA
EMPRESA***PLANILHA/PROPOSTA DE PREÇOS**

SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DO SERVIÇO MENSAL	VALOR DO SERVIÇO TOTAL 30 MESES
DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DE ATOS CARACTERÍSTICOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JAÚ E SUBREGIÃO	Mensal	R\$	R\$

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

COMPONENTES DE CUSTO	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO MÊS	CUSTO TOTAL 30 MESES
Mão de obra (Gerente, supervisor, auxiliares, operadores, vigilantes, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Material (Material de escritório, de limpeza, higiene, mobiliário, equipamento de proteção individual – EPI, uniforme, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Equipamentos (empilhadeira, paleteiras, carregador de baterias, computadores, impressoras, câmera de vigilância, equipamento de fotografia digital, rádio comunicadores, alarmes, telefones, etc.)	Mensal	R\$	R\$
Locação do Pátio (se necessário)	Mensal	R\$	R\$
Outros/despesas diversas (luz, água, telefone, monitoramento, etc.)	Mensal	R\$	R\$
BDI (Encargos legais, tributos, taxas, plano de saúde, despesas bancárias, IPTU, vale transporte, lucro, etc)	Mensal	R\$	R\$
Seguro (sobre todos os veículos sob sua guarda contra furto, roubo, incêndio e dano (intencional ou acidental) e para casos de acidente ou ação provocada pela natureza e impossível de ser evitada (chuva de granizo, enchentes, desmoronamento, etc.)	Mensal	R\$	R\$
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS			
TOTAL DOS SERVIÇOS PARA PERÍODO DE 30 MESES			

A validade da proposta é de _____ dias a contar da data de abertura da proposta.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do Representante ou do Procurador)